

# INTEGRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Rosimina Ali e Carlos Muianga

## INTRODUÇÃO

A força de trabalho é central nos processos de acumulação capitalista. Analisar as várias formas, os padrões e as condições sociais de trabalho, e a relação entre eles, em contextos históricos específicos de acumulação é crucial para entender como a força de trabalho é integrada no sistema de acumulação de capital e as suas implicações. Entretanto, em Moçambique, este entendimento parece limitado, reflectindo a abordagem ou o método de análise dominante. Este método está assente numa visão dualista, que separa as várias formas de trabalho<sup>1</sup> dentro da economia e a sua subordinação formal e informal ao capital; sendo esta última forma de subordinação negligenciada nos processos de acumulação de capital. Por conseguinte, o trabalho remunerado é visto como integrado nos mercados de trabalho enquanto o trabalho familiar e não remunerado, como não incluído.

Este artigo explica porque é que esta forma de analisar o trabalho é problemática, mostrando como a força de trabalho (nas suas variadas formas e relações) é integrada nos processos de acumulação capitalista em Moçambique. Este exercício reflecte, fundamentalmente, o trabalho de investigação que vem sendo desenvolvido pelo IESE no domínio do estudo das dinâmicas e dos padrões de trabalho e emprego e a sua relação com padrões de acumulação. Este trabalho é desenvolvido dentro de um quadro de análise que se foca no estudo do sistema social de acumulação de capital em Moçambique e nas ligações, tensões e contradições que emergem, em condições históricas específicas. Estudando estruturas produtivas específicas e processos de acumulação associados a estas estruturas, o trabalho de investigação procura analisar duas questões fundamentais: (i) a lógica de acumulação de capital e de organização da produção e do trabalho, que pressupõe a extracção de mais-valia, a qual é gerada pelo trabalho e pela sua relação com o capital; (ii) a base de rentabilidade das empresas e a sua relação com diferentes formas de trabalho e a sua integração no sistema social de acumulação de capital.

---

<sup>1</sup> Remunerado e não remunerado, quer agrícola quer não agrícola.

O artigo argumenta que a força de trabalho se encontra estrutural e organicamente integrada no sistema de acumulação de capital e que, no quadro de análise das estruturas produtivas em Moçambique, a rentabilidade do capital está assente na existência de várias formas de trabalho que estão interligadas entre si e que permitem a reprodução da força de trabalho a baixo custo para o capital.

Este artigo está organizado em quatro secções. A segunda secção foca-se no estudo de como a força de trabalho e os mercados de trabalho são integrados no sistema de acumulação de capital em Moçambique. Olhando para a organização produtiva do trabalho e para as condições laborais em estruturas produtivas agro-industriais, a terceira secção mostra como as várias formas de trabalho se relacionam com a organização da produção no contexto do modo de acumulação de capital em Moçambique e as suas implicações. A quarta secção conclui e avança algumas questões para análise.

## MERCADOS DE TRABALHO E O SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

A integração da força de trabalho no sistema de acumulação de capital é um processo complexo e manifesta-se de diversas formas, tendo em conta, por exemplo, a heterogeneidade e a complexidade dos mercados de trabalho, que incluem as várias formas de trabalho, tanto remuneradas como não remuneradas. Esta complexidade requer, do ponto de vista analítico, olhar para estas formas de trabalho, para as suas relações e para o seu papel nos processos de acumulação.

Contudo, um problema central é que predomina, em Moçambique, uma análise dualista da economia, que olha para esta como sendo caracterizada por dois sectores diferentes, um moderno (capitalista) e outro tradicional (pré-capitalista), considerados separados um do outro. Nesta análise, existe apenas uma subordinação «formal» da força de trabalho ao capital, que só acontece no sector capitalista, não havendo ligação com outras formas de trabalho, em particular a produção agrícola familiar não remunerada, que se assumem caracterizadas por processos produtivos sem acumulação e pertencentes ao sector tradicional.

Entretanto, uma análise da economia de Moçambique com enfoque no estudo do sistema social de acumulação de capital, em vários períodos e contextos da sua história, mostra que a força de trabalho se encontra organicamente integrada no sistema de acumulação de capital (Castel-Branco, 2015, 2010, 1994; O’Laughlin 1981; Wuyts, 1980). Neste sentido, não coexistem dois sectores distintos (capitalista e pré-capitalista) e separados entre si (como pressupõe a análise dualista), mas sim um sistema orgânico integrado, com ligações, tensões, contradições e conflitos. Neste sistema, a base de rentabilidade do capital está assente na existência de várias

formas de trabalho e na sua subordinação (formal e informal) ao capital (Castel-Branco, 1994; O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1980; Ali, 2013). Neste sentido, o estudo dos mercados de trabalho em Moçambique tem de incluir o trabalho não remunerado, que tem sido parte fundamental da reprodução social da força de trabalho e de extracção de mais-valia absoluta pelo capital, desde o período colonial até actualmente.

No período colonial, o sistema de acumulação de capital esteve assente na expropriação da força de trabalho para a extracção de mais-valia, através da integração do campesinato no mercado capitalista de trabalho e de mercadorias como fornecedor de mão-de-obra barata e produtor de matérias-primas e alimentos baratos para o capital, numa base regionalmente diferenciada<sup>2</sup> (Castel-Branco, 1994). Isso só foi possível por via da manutenção do campesinato ligado à terra, que, ao mesmo tempo envolvendo-se no trabalho assalariado, produzia comida para o autoconsumo e para o mercado. A capacidade de o campesinato produzir comida para o autoconsumo e para o mercado, que dependia do salário, foi central para a reprodução da força de trabalho e para garantir a sua disponibilidade a baixo custo para o capital. Neste contexto, a rentabilidade do capital dependia do uso intensivo da força de trabalho e do pagamento de salários baixos, que era possível devido a disponibilidade e abundância da força de trabalho e do reduzido custo da sua reprodução para o capital. A manutenção do campesinato ligado à terra, ao mesmo tempo que se envolvia no trabalho assalariado, permitiu o desenvolvimento de uma força de trabalho migrante, que intercalava entre o trabalho assalariado e outras formas de trabalho, em particular a produção familiar. Os rendimentos provenientes do trabalho assalariado, para além de suprir necessidades de consumo e obrigações de pagamento de impostos, destinavam-se ao financiamento da produção familiar, por exemplo para aquisição de meios de produção necessários à reprodução da agricultura familiar (O’Laughlin, 1981). Neste caso, o carácter migrante da força de trabalho assegurava um trabalho na terra que permitia a subsistência das famílias camponesas e a sua própria reprodução, principalmente nos períodos sem emprego. Sendo assim, o trabalho assalariado e a agricultura familiar financiavam-se mutuamente. Este facto mostra a relevância da interligação entre múltiplas formas de trabalho, sobretudo a integração informal da força de trabalho não remunerada nos mercados de trabalho capitalistas.

A interdependência entre produção familiar e trabalho assalariado permanece na estrutura produtiva extractiva<sup>3</sup> prevalecte em Moçambique, especializada na produção primária para exportação e com fracas ligações domésticas. Neste tipo de estrutura, o capital continua a deter

<sup>2</sup> No Sul de Moçambique, o campesinato garantia um fundo de divisas para a colónia através da venda da sua força de trabalho para a indústria mineira sul-africana, que era a sua principal fonte de rendimento, para além de ser a contribuição fundamental para a acumulação de capital na colónia e na região da África Austral. No Centro e Norte do País, o campesinato foi integrado na economia de plantação e na produção de mercadorias viradas para exportação, do qual dependia grande parte das exportações do País em culturas de rendimento como caju, algodão, açúcar, copra, chá, sisal e tabaco (Castel-Branco, 1994; O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1978).

<sup>3</sup> Para uma análise profunda da natureza extractiva das estruturas produtivas em Moçambique, ver (Castel-Branco, 2010).

o acesso e o controlo dos recursos e da força de trabalho, obtendo-os a baixo custo e com a força de trabalho, continuando a ser responsável pelos custos da sua própria reprodução. Isto mostra a relação de dependência entre a reprodução da força de trabalho e do capital, sendo que as condições sociais de trabalho são importantes para a reprodução do sistema, pois determinam o que acontece com a produção familiar que assegura a possibilidade de manter a força de trabalho disponível e barata. Ademais, o que acontece na organização produtiva do trabalho, na determinação dos salários, entre outras condições sociais do trabalho, tem implicações para a produtividade da força de trabalho e para a reprodução da base de rentabilidade das empresas, conforme será discutido na secção que se segue.

## ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, INTEGRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E CONDIÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO NAS PLANTAÇÕES AGRO-INDUSTRIAIS

Esta secção analisa a organização produtiva do trabalho e as condições laborais nas plantações agro-industriais de florestas (em Niassa), de chá (na Zambézia), de cana-de-açúcar (em Maputo)<sup>4</sup>, explicando como é que a força de trabalho se integra nestas estruturas de produção e qual é a sua relação com processos de acumulação de capital. O aspecto central é que o modo produtivo prevalente nas agro-indústrias gera estruturas de emprego e condições sociais de trabalho instáveis, inseguras e precárias, com implicações na reprodução da força de trabalho e na sustentabilidade do sistema de acumulação.

### A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A INTEGRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O modo como a produção é organizada em diferentes estruturas produtivas determina as necessidades de força de trabalho e a forma como esta é integrada nos processos de produção de valor e de mais-valia para o capital. A produção agro-industrial do chá, do açúcar e florestal está dividida em duas actividades principais, nomeadamente a actividade agrícola (que inclui a preparação dos campos, o plantio, a colheita e actividades de suporte, como a limpeza dos campos, a adubação, a poda, a sacha, etc.) e o processamento (que inclui as fábricas de processamento e serviços de apoio).

No caso da produção do chá e do açúcar, o processamento é feito imediatamente após a colheita, diferindo apenas no *timing* em que as duas actividades ocorrem. Isto é, o tempo máximo em que a folha de chá e a cana-de-açúcar devem ser processados após a colheita de modo a garantir uma qualidade desejável do produto final.

<sup>4</sup> Estes três casos são o produto da investigação conduzida pelo IESE entre 2011 e 2015.

No caso das plantações florestais em Moçambique, há a expectativa de que, se houver planos de extracção de madeira numa base de longo prazo, as empresas vão necessitar de trabalhadores para o processamento e transporte da madeira. Na fase actual, ainda não há processamento, dado que as plantações foram estabelecidas recentemente<sup>5</sup>. Mesmo assim, para as empresas florestais que operam no Niassa, as perspectivas de implantação de fábricas de processamento ainda não estão claras, dadas as incertezas relativamente à rentabilidade dos projectos florestais em Moçambique. Entre os vários aspectos, está a questão dos mercados e a escala de produção que viabilize a implantação de fábricas de processamento. Por enquanto, o foco das empresas florestais está na expansão das áreas de plantio, o que requer uma ocupação de terra em grande escala, com implicações no desenvolvimento e na sustentabilidade de outras formas de trabalho, sobretudo as ligadas directamente à terra.

**TABELA 1: ANÁLISE COMPARATIVA DAS AGRO-INDÚSTRIAS DE CHÁ, AÇÚCAR E FLORESTAS**

CHÁ	AÇÚCAR	FLORESTAS
<b>DIFERENÇAS</b>		
<b>Organização produtiva</b>		
Produção agrícola (plantação de chá) e processamento primário para exportação (mais de 95%) e para o mercado doméstico.	Produção agrícola (plantação de cana-de-açúcar) e processamento para exportação (açúcar bruto e melaço) sem refinaria.	Produção agrícola (plantação de eucaliptos e pinheiros) e planos de processamento de madeira serrada e polpa de papel para exportação (a implantação de fábrica de processamento depende da escala e da viabilidade dos projectos a longo prazo).
<b>Firmas e capitais envolvidos</b>		
As principais empresas envolvidas são as Chazeiras de Moçambique, Chá Magoma, Sociedade de Desenvolvimento da Zambézia (SDZ), todas localizadas no distrito de Gurue, com capitais maioritariamente indianos e com outros interesses comerciais em Moçambique. Estas empresas operam no País desde o período depois da guerra, quando as várias unidades produtivas da empresa estatal Empresa Moçambicana de Chá (EMOCHÁ) foram privatizadas.	A Tongaat Hulett, uma empresa sul-africana que produz vários derivados de cana-de-açúcar, é a principal empresa a operar em Moçambique, e actualmente tem 88% das acções da Açucareira de Xinavane. Esta empresa encontra-se a operar em mais cinco países da África Austral (Zimbabwe, África do Sul, Namíbia, Botswana, Suazilândia).	As plantações florestais são relativamente recentes e as suas operações iniciaram-se em Niassa em 2006. Duas principais empresas estão em operação (das seis que existiam inicialmente desde 2006): a Green Resources (empresa privada norueguesa, é uma das maiores empresas florestais a operar em África e, recentemente, fundiu-se com a Chikweti Forests of Niassa, que até à data da fusão era a maior empresa florestal nesta província) e a Florestas de Niassa (pertencente ao grupo zimbabweano Rift Valley).

Cont.»

<sup>5</sup> Necessitando de um período de crescimento entre 10 e 25 anos, consoante a espécie e o desenvolvimento das plantas.

Cont.»

CHÁ	AÇÚCAR	FLORESTAS
<b>DIFERENÇAS</b>		
<b>Tipo de cultura</b> Monocultura fixa com colheita em todas as campanhas agrícolas. As plantas têm mais de 50 anos de vida. A expansão da produção requer substituição das plantas existentes e investimento em novas variedades de chá de melhor qualidade, e não necessariamente expansão das áreas de cultivo. Não tem sistema de irrigação (irrigação natural). Quase todas as actividades no campo são feitas manualmente.	Monocultura flexível com colheita (corte de cana) em todas as campanhas agrícolas. Expansão da produção implica ocupação de grandes extensões de terra (incluindo <i>contract farming</i> ) e recursos relacionados (água). Uso de sistema de irrigação e de pulverização mecanizados.	Monocultura relativamente fixa (colheita entre 10-25 anos, dependendo do tipo de plantas: eucalipto ou pinheiro). Na fase actual, a expansão da produção implica também ocupação de grandes extensões de terra, incluindo florestas nativas. Não tem sistema de irrigação, com excepção dos viveiros. O plantio é feito na época chuvosa e a maior parte das actividades é feita manualmente, com início de alguma mecanização na preparação da terra.
O período de pico da produção é o da colheita do chá (Novembro a Março), para posterior processamento nas fábricas.	O período de pico é o do corte de cana (com duração de cerca de seis meses), para posterior processamento nas fábricas.	O período de pico é o do plantio (Novembro a Março).
<b>Condições de mercado</b> Mercado altamente competitivo dados os padrões de qualidade do chá exigido. As empresas que operam em Moçambique vendem o seu chá em leilão em Mombasa (Quénia).	A açúcar produzido em Moçambique beneficia de quotas preferenciais nos mercados da União Europeia, sendo que as empresas envolvidas controlam a produção e a comercialização noutros países da África Austral.	Apesar da incerteza relativamente à viabilidade dos projectos florestais em Moçambique, as empresas a operar têm vasta experiência na área florestal e controlam as principais operações florestais em África, nomeadamente a produção e comercialização de madeira e produtos madeireiros. Também operam nos mercados de carbono. As empresas têm perspectivas de exportação de polpa de papel para os mercados asiáticos. Contudo, tal depende da existência de escala suficiente para implantação de fábricas de processamento em Moçambique.
<b>SEMELHANÇAS</b>		
<b>Organização do trabalho e da força de trabalho</b> Uso intensivo de força de trabalho sazonal. O emprego e o trabalho são instáveis e precários. Nem todos os trabalhadores conseguem ter trabalho durante toda a campanha agrícola e mesmo nos períodos de pico domina uma insegurança laboral em resultado do modo de organização produtiva. O sistema de trabalho é baseado em metas ou tarefas diárias. Uso de mão-de-obra casual para actividades de limpeza, adubação, poda, etc. A força de trabalho intercala o seu trabalho nas plantações com outras formas de trabalho, com particular destaque para a produção familiar para autoconsumo e comercialização. Condições de trabalho precárias, com problemas de saneamento, alimentação e transporte.		
<b>Condições de remuneração</b> Salários baixos que não cobrem o custo de subsistência da força de trabalho, o que implica que a força de trabalho é responsável pela sua própria reprodução. A remuneração é baseada em metas ou tarefas diárias de trabalho e o não cumprimento das metas implica receber salário abaixo do mínimo estipulado para o sector. Nem todos os trabalhadores podem ter trabalho durante o período de vigência de contrato, e os rendimentos apenas são pagos relativamente aos dias efectivos de trabalho. Rendimentos são instáveis e irregulares.		
Fonte: Ali & Muianga (2016), O'Laughlin & Ibraimo (2013)		

A estrutura produtiva das agro-indústrias de cana-de-açúcar, de chá e florestais são exemplo do tipo de padrão de acumulação extractivo dominante em Moçambique, cujo foco é a produção de produtos primários para a exportação, com base na obtenção de vastas extensões de terra e recursos relacionados, como a água e a força de trabalho a baixo custo. A Tabela 1 faz uma comparação entre as três agro-indústrias no que respeita a organização da produção e do trabalho, mostrando as suas diferenças e semelhanças. Enquanto nas açucareiras a maioria da produção é açúcar bruto e melação, nas plantações florestais o foco é o plantio de eucalipto e pinho para produção de polpa de papel e madeira para exportação. Nas chazeiras, a base é a produção de chá semiprocessado, sendo mais de 95% destinado à exportação. As ligações a jusante na economia para os três casos são limitadas, com excepção dos salários. Existem algumas ligações a montante nas florestas mas não estão bem estabelecidas (subcontratação de empresas para prestação de alguns serviços: preparação da terra, derrube de árvores, plantio, etc.) (Ali & Muianga, 2016).

A estrutura de organização da produção nas plantações em questão é de tal forma que o acesso à terra a baixo custo, o uso intensivo de força de trabalho nos períodos de pico e os baixos salários são condições centrais para a rentabilidade das empresas. Particularmente, estes aspectos não diferem substancialmente das condições de rentabilidade das plantações no período colonial. O carácter sazonal da produção e a dependência de trabalho casual, quase sempre disponível quando necessário, implicam que as empresas agrícolas não pagam os custos de reprodução da força de trabalho. Em consequência, os trabalhadores recorrem a outras formas de trabalho para garantir a sua subsistência e a das suas famílias, principalmente nos períodos em que os contratos de trabalho sazonais terminam. Dessas formas de trabalho destacam-se a produção familiar para autoconsumo e a comercialização, a produção de tijolos e a queima de carvão e o comércio em geral, para os trabalhadores das plantações florestais em Niassa e de chá na Zambézia. Na agro-indústria do açúcar, a agricultura familiar, a criação de gado e o comércio dominam as outras formas de trabalho, sobretudo dos trabalhadores locais. Nas açucareiras, parte significativa da força de trabalho sazonal, sobretudo os cortadores de cana, é proveniente de outras regiões, em particular da região centro do País. Estes grupos de trabalhadores aglomeram-se nas empresas açucareiras à procura de uma oportunidade de trabalho para os três meses de pico. Nem todos conseguem ser contratados, e os que conseguem, findo os três meses de contrato, voltam para os seus locais de origem para se dedicarem a outras actividades, enquanto esperam por mais uma oportunidade de trabalho na campanha seguinte (O'Laughlin & Ibraimo, 2013). Os rendimentos do trabalho nas plantações são usados para investir em algum outro tipo de actividade de geração de rendimento ou na produção familiar que assegura a subsistência dos trabalhadores. A dependência de outras formas de trabalho não se limita, apenas, ao período em que os trabalhadores não têm contratos de trabalho nas plantações.

Mesmo no período de vigência dos contratos, os trabalhadores sazonais conjugam o trabalho nas plantações com o trabalho na produção familiar e outras formas de trabalho. Esta é uma característica comum nos três casos em análise, independentemente do tipo ou da categoria de trabalho (permanente ou casual).

Em geral, nas plantações, a capacidade de absorção de mais força de trabalho implica expansão das áreas de cultivo, como são os casos da cana-de-açúcar e das florestas. Esta expansão só pode acontecer com expropriação de terra e de recursos relacionados (como a água), com implicações na capacidade de reprodução da força de trabalho em geral. Por exemplo, a conversão do vale de Incomati para a expansão da produção da monocultura da cana-de-açúcar, apesar de ter gerado mais emprego nos períodos de pico e mais rendimentos monetários a nível global, aumentou a vulnerabilidade das famílias às alterações de preços, sobretudo dos bens básicos de consumo. Além disso, reduziu a variedade de actividades alternativas de geração de rendimento para os pequenos produtores, que tem no leque de actividades (pesca, criação de gado, exploração de produtos dos mangais e produção de alimentos em sistemas de regadios) o garante da sua subsistência (O’Laughlin & Ibraimo, 2013). Nas florestas, a expropriação de terra, como resultado da expansão das áreas de plantio, abrangeu também a destruição de florestas naturais de onde os camponeses extraem recursos como a lenha, o carvão e outros recursos naturais para a sua subsistência. Claramente, embora a expansão da produção florestal tenha gerado emprego, maioritariamente nos períodos de pico, e rendimentos monetários para as famílias, também reduziu o leque de actividades alternativas de geração de rendimento, pondo em causa os modos de vida e, conseqüentemente, a reprodução da força de trabalho. Esta situação explica, em parte, os problemas de absentismo e de crise de recrutamento de força de trabalho apresentados pelos gestores das empresas florestais em Niassa, na medida em que parte da população tem de se deslocar para zonas cada vez mais distantes para a prática da actividade agrícola.

A estrutura de organização da produção e do trabalho é similar, pelo menos na actividade agrícola, em que a força de trabalho é essencialmente recrutada nos períodos de pico da produção. Em todos os casos, os períodos de pico são geralmente caracterizados por uma intensificação do trabalho. Esta intensificação pode manifestar-se através da extensão das horas de trabalho e/ou das metas de produção, podendo implicar maior produção de valor e, por conseguinte, mais mais-valia para o capital. A intensificação do trabalho pode ocorrer também porque os trabalhadores têm a possibilidade de ganhar mais, em alguns casos ultrapassando as metas, ou de cumprir a meta rapidamente de modo a dedicarem-se a outras actividades, incluindo a produção familiar. Fora dos períodos de pico, as plantações são caracterizadas por trabalho eventual, sobretudo para actividades de limpeza dos campos agrícolas, poda das plantas, adubação, etc.

## CONDIÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO E SAÚDE LABORAL

As condições de trabalho, incluindo a questão dos salários, as condições de remuneração e as de saúde dos trabalhadores são fundamentais para perceber como a força de trabalho é integrada nos processos produtivos, de modo a gerar mais-valia para o capital. Mais importante ainda é como nas actuais condições sociais de trabalho nas plantações a força de trabalho pode reproduzir-se continuamente e quais são os limites dessa reprodução para a rentabilidade do capital. Como foi referido na secção anterior, no período colonial o uso intensivo da força de trabalho e o pagamento de baixos salários nas plantações constituíam a base de rentabilidade do capital, num contexto em que a forma como a força de trabalho esteve integrada no sistema de acumulação garantia as condições para a sua reprodução. Isto era possível, especialmente, pela disponibilidade de bens alimentares a baixo custo para os trabalhadores, como pela manutenção do campesinato ligado à terra, de onde se reproduzia uma força de trabalho migrante, disponível e barata para o capital.

Os salários e as formas de pagamento jogam um papel central nas relações entre o capital e o trabalho nos processos produtivos das empresas agrícolas em análise. A determinação de salários com base em metas reflecte as condições de «expropriação» da força de trabalho e de rentabilidade nestas empresas, visto que nem todos os trabalhadores podem atingir as metas, o que implica pagamentos parciais e, conseqüentemente, irregularidade e instabilidade nos rendimentos, além de que os salários já são baixos. Além das dificuldades para atingir as metas ou empreitadas diárias, o problema da irregularidade nos rendimentos é explicado também pelo facto de os trabalhadores não poderem ter trabalho durante todos os dias do mês e todos os meses ao longo do ano.

Neste contexto, a necessidade de cumprimento de metas exige que os trabalhadores intensifiquem o trabalho. Nestes casos, os trabalhadores tentam acelerar processos, às vezes trabalhando rapidamente e sem descansar ou ter refeições, dispensando o uso de certos equipamentos de segurança (Ali & Muianga, 2016; O’Laughlin & Ibraimo, 2013). Nas plantações florestais, dependendo da proporção da meta atingida, o não-cumprimento integral das metas pode equivaler a menos do que um dia de trabalho, ou mesmo um dia de trabalho não considerado e, portanto, um dia de trabalho não pago. Nas empresas chazeiras, onde a meta diária de colheita do chá é de 50 kg, o trabalhador é pago pela quantidade de chá colhido, no valor de 2 MT/kg. Em alguns casos, por exemplo na limpeza das áreas e na poda das chazeiras, a meta pode ser concluída no dia seguinte. Nestes casos, dois dias de trabalho podem contar como um único dia de trabalho remunerado, o que implica que, no final do mês, os trabalhadores recebem, efectivamente, abaixo do salário mínimo de cerca de 3183 MT estipulado para o sector agrícola no ano em análise (Ali & Muianga, 2016).

A forte dependência do trabalho assalariado nas plantações mostra, fundamentalmente, a submissão da força de trabalho ao capital, que, mesmo com baixos salários e condições precárias,

se encontra disponível sempre que as empresas necessitam. Contudo, processos de reprodução da força de trabalho, embora tenham aspectos comuns com o passado colonial, têm algumas limitações, no sentido em que a organização mais geral do trabalho e as suas condições nas empresas agrícolas não integram explicitamente o papel das outras formas de trabalho no processo de reprodução. O desemprego massiço e a quase ausência de outras oportunidades de trabalho assalariado nas regiões onde estas empresas estão localizadas levam a que grupos de trabalhadores se submetam continuamente a condições de trabalho precárias e baixos salários. Ao mesmo tempo, as famílias mostram-se incapazes de produzir grande parte do que necessitam para a sua vida e reprodução (por exemplo, bens de consumo como óleo alimentar, sal, petróleo, cimento, vestuário, despesas de serviços sociais como saúde e educação, financiamento a habitação e custos de transporte, etc.), pelo que os rendimentos do trabalho assalariado (quer em espécie quer monetários) podem permitir libertar recursos ou produção alimentar para o mercado ou para cobrir possíveis períodos de escassez e/ou vender nesses períodos ao invés de depender do seu consumo corrente, assim como podem permitir ter uma base de investimento em actividades alternativas, incluindo o financiamento a agricultura familiar (Ali, 2013; Castel-Branco, 1983; O’Laughlin, 1981). Os agregados familiares possuem padrões de sobrevivência diversificados e encontram-se envolvidos numa multiplicidade de actividades que incluem trabalho assalariado para fazer face ao seu consumo corrente, permitir um fundo de investimento e responder a choques, havendo portanto uma interdependência entre o trabalho assalariado, a agricultura familiar e outras formas de trabalho mais gerais (Ali, 2013; Oya *et al.*, 2009).

As plantações de chá são um exemplo sobre como o pagamento de baixos salários é fundamental para a rentabilidade das empresas chazeiras, tal como acontecia no período colonial (CEA, 1982). A investigação do IESE mostra que estas condições ainda são fundamentais, sobretudo no contexto de crise de rentabilidade em que as empresas chazeiras se encontram. Entretanto, a actual crise de rentabilidade das empresas é estrutural e tem a sua génese no passado<sup>6</sup>. Para além dos baixos níveis de investimento na indústria chazeira por parte das empresas que operam no sector, a produtividade das actuais plantas, que já têm mais de 50 anos, é bastante baixa, tendo impacto na qualidade do chá produzido em Moçambique, tornando-o menos competitivo no mercado internacional.

<sup>6</sup> O sector do chá na Zambézia enfrenta uma crise estrutural de rentabilidade que vem desde o período logo após a independência e que resulta das condições actuais de produção dessa cultura e das exigências de padrões de qualidade a nível internacional. A crise do sector acentuou-se em 2015, devido às cheias que afectaram a Região Centro e Norte do País, comprometendo os níveis de produção geral do chá e de comercialização. Face a estes aspectos, para além da necessidade de investimento em novas variedades de plantas e de melhor qualidade e na renovação das áreas existentes, a associação de produtores de chá garantiu que uma das condições para que o sector continue a operar com vista a recuperação era a redução dos salários dos trabalhadores. De acordo com estes, em Moçambique os salários pagos aos trabalhadores eram altos se comparados com os salários pagos na região da África Austral. As empresas chegaram a equacionar um congelamento do aumento do salário mínimo para o sector por um período indeterminado. Entretanto, actualmente as empresas estão a pagar o novo salário mínimo aprovado para o sector agrícola.

Uma questão particular é que, mesmo com estes problemas, as empresas continuam a produzir e, possivelmente, a actividade continua a ser rentável, justamente pelos salários baixos e pelas condições de trabalho que estas oferecem. Há um espaço para o pagamento de baixos salários que se associa, entre outros aspectos, à existência de desemprego em massa e à quase ausência de outras oportunidades de trabalho assalariado na região do Guruê. A agro-indústria do chá foi e continua a ser o maior empregador da força de trabalho no Guruê, sobretudo nos períodos de pico. Portanto, face à crise de rentabilidade, o argumento central das empresas é o de que, para que a actividade de produção continue viável e se garanta o mínimo de emprego possível para a população, os salários actuais pagos aos trabalhadores devem ser mais baixos ainda. Face à impossibilidade de isto acontecer, as empresas reestruturam a organização da produção de modo que, mesmo sem reduzir os salários, o sistema de organização da produção, as precárias condições de trabalho e a organização do trabalho podem permitir alguns ganhos de rentabilidade às empresas.

Diferentemente dos casos do chá e do açúcar, nas florestas, embora o desemprego em massa caracterize as regiões onde as plantações foram implantadas, há momentos em que as empresas enfrentam crises de recrutamento de força de trabalho para as diferentes actividades. Os gestores das empresas florestais justificam este problema recorrendo ao argumento de «falta de cultura de trabalho»<sup>7</sup> da população, assim como a coincidência entre a campanha agrícola e os períodos de pico na actividade florestal (o plantio). De facto, para além dos problemas de expropriação criados pela expansão da actividade florestal, os baixos salários, as condições de trabalho, as elevadas metas e a insegurança do trabalho concorrem para o absentismo dos trabalhadores nas empresas florestais<sup>8</sup>. Alguns trabalhadores calculam o custo e benefício de trabalhar nas empresas florestais nas condições actuais, comparando com a prática de outras actividades e formas de trabalho, como a agricultura familiar, o comércio, etc. A experiência de alguns trabalhadores mostra que há alturas em que, por falta de oportunidades imediatas de trabalho assalariado, estes estabelecem um período dentro do qual podem acumular algum dinheiro na actividade florestal, de modo a investirem noutras actividades e abandonarem definitivamente o trabalho nas plantações. A irregularidade sobre os rendimentos, dadas as metas aplicadas nas diferentes actividades e as condições de trabalho, levou a que alguns trabalhadores abandonassem o trabalho nas plantações florestais definitivamente, mesmo sem alguma outra perspectiva de trabalho a curto prazo.

Outro aspecto é o facto de os descontentamentos dos trabalhadores perante as péssimas condições de trabalho e as metas de plantio nas florestas ter resultado em perdas de produção para

<sup>7</sup> O'Laughlin (2016) mostra como este argumento é falso para explicar a falta de produtividade do trabalho na agricultura em geral.

<sup>8</sup> Para alguns trabalhadores, as condições actuais de trabalho não permitem trabalhar dias consecutivos durante um determinado período de trabalho. Isto tem implicações na capacidade de cumprimento das metas e nos rendimentos que auferem, causando, deste modo, irregularidade e instabilidade nos seus rendimentos.

as empresas. Por exemplo, a intensificação do trabalho, como forma de rapidamente atingir as metas, afectou a qualidade do plantio<sup>9</sup>, com implicações para a rentabilidade. Por exemplo, em alguns campos florestais abrangidos pela investigação do IESE, o crescimento das plantas foi comprometido, obrigando a empresa a rever os processos de produção e a determinação das metas, recorrendo a uma mecanização parcial para a preparação da terra e a uma redução das metas de plantio. Segundo a empresa em causa, este processo permitiu melhorar a qualidade do plantio e a produtividade do trabalho.

A questão da rentabilidade, para além de se manifestar na redução dos custos com a força de trabalho, como os baixos salários, as condições de trabalho precárias oferecidas pelas empresas agro-industriais, manifesta-se, também, na transferência de parte dos custos das empresas no processo produtivo para essa mesma força de trabalho ou para outrem. No primeiro caso, um dos factores é a terciarização de algumas actividades (preparação dos solos, destronca e plantio para as empresas florestais, e corte de cana para as açucareiras) para pequenas empresas ou agentes individuais de recrutamento de força de trabalho nas florestas e nas açucareiras. No segundo caso, perante a casualidade do trabalho em actividades como a limpeza dos campos e a poda das plantas, parte dos instrumentos de trabalho e de protecção (por exemplo, catanas, enxadas, foices, capacetes, luvas, etc.) pertence aos próprios trabalhadores, que também têm de pagar pelos custos de reparação e de manutenção destes instrumentos<sup>10</sup>. Nas plantações de chá, as capas usadas no período chuvoso são apenas fornecidas a trabalhadores (casuais) que trabalham por mais tempo. Portanto, não fornecer instrumentos de trabalho e de protecção para os trabalhadores, embora ponha em causa a segurança, a saúde e a produtividade destes, parece não ser uma questão para as empresas, enquanto permitir reduzir custos e aumentar os lucros para o capital.

Nas plantações florestais, as botas e as capas de chuva são fornecidas de forma irregular aos trabalhadores, sendo que parte destes trabalha sem qualquer tipo de protecção, arriscando-se a acidentes de trabalho e problemas de saúde. Esta situação é mais crítica para trabalhadores subcontratados pelas agências de recrutamento, que operam de forma informal e que são responsáveis pela força de trabalho (Ali & Muianga, 2016). Ao longo do processo produtivo, há incidência de problemas de saúde relacionados com a organização da produção e do trabalho nas plantações. Tais problemas estão ligados ao facto de as rotinas de trabalho envolverem um certo nível de acidentes, com implicações na saúde dos trabalhadores, sobretudo naquelas actividades realizadas manualmente. Como referido, dada a intensificação do trabalho e a necessidade de o concluir rapidamente, alguns trabalhadores não usam o equipamento de protecção providenciado pelas empresas, alegando que este limita a velocidade na execução das tarefas, com implicações no risco para a saúde.

<sup>9</sup> Por exemplo, actos de sabotagem, através do enterro das mudas.

<sup>10</sup> Que são também usados noutras actividades fora do trabalho nas plantações.

Por exemplo, aos cortadores de cana-de-açúcar em Xinavane são atribuídos botas, luvas e uniformes, mas aqueles não usam as luvas e o uniforme, argumentando que interferem com a sua capacidade de balançar a faca com rapidez e precisão (O'Laughlin & Ibraimo, 2013). Este comportamento põe em risco a saúde e a segurança dos trabalhadores. As metas e os instrumentos pesados usados nas plantações florestais provocam um desgaste físico para os trabalhadores, dado o esforço que têm de envidar para cumprir as metas. A energia gasta neste processo pode levar a que trabalhadores não se apresentem no local de trabalho no dia seguinte, o que se agrava quando os trabalhadores têm de percorrer longas distâncias de casa ao local de trabalho e vice-versa. A incidência de problemas de saúde também se manifesta como resultado das condições sanitárias nos campos e nos acampamentos. A ausência de instalações sanitárias nos campos agrícolas expõe os trabalhadores a infecções intestinais e parasitas. Entretanto, nos acampamentos das açucareiras, embora haja disponibilidade de água, electricidade e latrinas, a quantidade dos trabalhadores alojados torna o saneamento um problema (O'Laughlin & Ibraimo, 2013). Nas plantações florestais, os acampamentos são improvisados com lonas, que no período chuvoso não oferecem segurança, criando problemas de saúde resultantes das águas das chuvas.

Uma questão que emerge é como é que a organização da produção e do trabalho, as condições sociais de trabalho e de saúde podem afectar a reprodução da força de trabalho e a sustentabilidade dos processos de acumulação a estes relacionados. Da análise desenvolvida, é possível perceber como todas estas questões estão relacionadas entre si na determinação da rentabilidade do capital e como a persistência destes problemas pode pôr em risco o próprio sistema de acumulação das empresas agrícolas. Por exemplo, a continuidade de pagamento de baixos salários, associado à redução do leque de actividades ou de formas de trabalho, põe em causa a reprodução da força de trabalho, a médio e longo prazo, com impacto na sua disponibilidade para as plantações. Conforme ilustrado anteriormente, no período colonial, o pagamento de baixos salários nas empresas agrícolas era acompanhado pela disponibilidade de bens alimentares a baixo custo e da manutenção do campesinato ligado à terra, o que permitia reproduzir e disponibilizar força de trabalho barata para o capital. Actualmente, estas condições não estão asseguradas e o processo de expansão da produção nas plantações constrangeu, em certos casos, a base de muitas actividades de subsistência, sem providenciar outras fontes alternativas. A associação de todos estes factores põe em causa a reprodução da força de trabalho e do sistema de acumulação em geral, que está assente na expropriação dessa força de trabalho e nas várias formas de trabalho.

## CONCLUSÕES

Este artigo mostrou que a força de trabalho se encontra estrutural e organicamente integrada no sistema de acumulação de capital em Moçambique, ao longo da sua história, e que o emprego é estruturado (pelo) e estrutura o tipo de estruturas económicas produtivas existentes. No passado e actualmente, no quadro da análise das estruturas produtivas em Moçambique, a rentabilidade do capital esteve e está assente na existência de variadas e interligadas formas de trabalho, que permitem a reprodução da força de trabalho a baixo custo para o capital. O artigo explicou porque é que, quando se discute emprego e trabalho, é importante olhar para essas várias formas de trabalho e como estas estão integradas no sistema de acumulação de capital em Moçambique. Essa análise resulta do interesse do IESE em estudar a problemática do emprego e do trabalho a partir de um quadro de análise que foca o estudo do sistema social de acumulação de capital em Moçambique, nas ligações, tensões e contradições que emergem, em condições históricas específicas.

Recorrendo ao trabalho realizado pelo IESE sobre organização da produção e do trabalho nas agro-indústrias em Moçambique, o artigo mostrou porque é fundamental perceber como é que o trabalho é organizado em diferentes estruturas produtivas. Além disso, estruturas produtivas similares não implicam necessariamente o mesmo tipo de estrutura de organização da força de trabalho. Portanto, diferentes estruturas de produção geram formas diferentes e particulares de integração da força de trabalho nos processos de produção de valor e de mais-valia para o capital. Essas formas de integração definem, de algum modo, os padrões de trabalho e as condições sociais em que esse trabalho é desenvolvido e as tensões e os conflitos que emergem desse processo. Além disso, o estudo das plantações agro-industriais mostra como, na organização produtiva do trabalho, as condições de trabalho precárias e de remuneração não só constituem uma base de rentabilidade para as empresas agrícolas como também uma ameaça à própria sustentabilidade do modo de acumulação capitalista na agricultura em Moçambique. Os problemas de saúde laboral, que surgem como resultado da organização mais geral da produção e do trabalho, nomeadamente a intensificação do trabalho, as condições de saneamento e as condições de alojamento, entre outros aspectos, podem pôr em causa a reprodução de uma força de trabalho, a sua produtividade e disponibilidade, a médio e longo prazo. Além disso, há um impacto que a expansão desse tipo de estrutura produtiva tem no leque das várias formas de trabalho e de actividades que asseguram a subsistência e reprodução da força de trabalho a baixo custo para o capital.

A combinação de todos estes factores ameaça a rentabilidade e a existência desse mesmo capital e levanta algumas questões para análise. Como a organização da produção e do trabalho em estruturas de acumulação específicas pode afectar as opções e condições de trabalho e de reprodução social.

Como reproduzir força de trabalho barata e competitiva num contexto de incapacidade de a economia tornar disponível bens básicos de consumo a baixo custo para a subsistência da força de trabalho, associado às baixas remunerações e condições de trabalho precárias que põem em causa o bem-estar do trabalhador. Como transformar o actual sistema e organizar diferentemente sem pôr em causa a rentabilidade das empresas e garantir condições de vida decentes aos trabalhadores. A transformação deste sistema requer o entendimento do funcionamento do mesmo.

## REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2013). Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 211-237.
- Ali, R., Muianga, C. (2016). Emprego e condições sociais de trabalho nas agro-indústrias: contradições e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 255-267.
- Castel-Branco, C. N. (1983). *A Integração dos Assalariados com Boa Base na Agricultura numa Economia Socialista Planificada*. Maputo: CEA, UEM.
- Castel-Branco, C. N. (1994). Problemas estruturais do desenvolvimento agrário. In C. N. Castel-Branco (ed.), *Moçambique Perspectivas Económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert, pp. 31-86.
- Castel-Branco, C. N. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. *Cadernos IESE no 1*, Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2015). Capitalizando o capitalismo doméstico – porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- CEA (1982). *Plantações de Chá e Economia Camponesa. Informação básica para um plano director da Zona Gurúê-Socone, Alta Zambézia*. Maputo: CEA, UEM.
- O’Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 9-32.
- O’Laughlin, B. (1995). Past and present options: land reform in Mozambique. *Review of African Political Economy*, 22, 99-106.
- O’Laughlin, B. (1996). Through a divided glass: dualism, class and the agrarian question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 24, 1-39.
- O’Laughlin, B., Ibraimo, Y. (2013). A expansão da produção de açúcar e bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude. *Cadernos IESE*, 12P. Maputo: IESE.
- Oya, C., Cramer, C., Sender, J. (2009). Discretion and heterogeneity in Mozambican rural labor markets. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (eds.), *Reflecting on Economic Questions*. Maputo: IESE, pp. 50-71.
- Wuyts, M. (1978). *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. CEA. UEM, Maputo:
- Wuyts, M. (1980). Economia política do colonialismo português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 1. CEA. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, pp. 9-22.

- Wuyts, M. (1981). The mechanization of present-day Mozambican agriculture. *Development and Change*, 12, 1-27.
- Wuyts, M. (2001). The agrarian question in Mozambique's transition and reconstruction. *WIDER Discussion Paper*, 2001/14. Helsinki: UNU/WIDER.